

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E POBREZA URBANA: REFLEXÕES RECENTES PARA O TERRITÓRIO BRASILEIRO

José Antônio Nunes de Souza¹ | Cláudia Regina Tavares do Nascimento²
Eliana da Silva Filgueira³

Como citar: SOUZA, José Antônio Nunes de; TAVARES, Claudia Regina; FILGUEIRA, Eliana da Silva. Programa Bolsa Família e Pobreza Urbana: Reflexões Recentes para o Território Brasileiro. *Revista Análise Econômica e Políticas Públicas - RAEPP*, v. 05, n. 01, p. 2-13, 2023.

Resumo: O objetivo deste artigo foi propor uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família a partir de algumas categorias de análise da geografia, tais como evento e território usado. Empiricamente, para refletir sobre as repercussões do Programa Bolsa Família foi realizada uma revisão da literatura acerca dos principais resultados do Programa, além do uso de dados estatísticos e cartográficos sobre o tema. A partir de uma revisão da literatura acerca dos efeitos do programa na condição socioeconômica dos beneficiários, bem como da utilização de dados estatísticos, permitiu-se observar que ao longo de sua execução o programa tem apresentado efeitos positivos no combate à pobreza, tendo em vista o acesso a renda do programa, mas também, do lado social, pois seus condicionantes têm permitido a articulação com outras políticas, sobretudo, educação e saúde. O conceito de evento dentro da teoria geográfica foi importante para o exercício de compreensão do Programa Bolsa Família como um caminho para a possibilidade de mudança no território brasileiro a partir da dimensão política, social e econômica.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Evento. Território.

Abstract: The objective of this article was to propose an analysis of the effects of the Bolsa Família Program based on some geographic analysis categories, such as event and territory used. Empirically, to reflect on the repercussions of the Bolsa Família Program, a literature review was carried out on the main results of the Program, in addition to the use of statistical and cartographic data on the topic. From a review of the literature on the effects of the program on the socioeconomic condition of the beneficiaries, as well as the use of statistical data, it was possible to observe that throughout its execution the program has presented positive effects in combating poverty, taking into account access to income from the program, but also on the social side, as its conditions have allowed articulation with other policies, especially education

¹Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Departamento de Economia UERN/CAA. E-mail: joseantonio@uern.br.

²Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil(2010) Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: claudiatavares@uern.br.

³Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil(2018) Professora Auxiliar III da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: elianafilgueira@uern.br.

and health. The concept of event within geographic theory was important for the exercise of understanding the Bolsa Família Program as a path to the possibility of change in the Brazilian territory from the political, social and economic dimension.

Keywords: Bolsa Família Program. Event. Territory.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da carta constitucional de 1988 representou um marco importante na garantia dos direitos sociais. Notadamente, esses avanços institucionais foram resultados de uma ampla discussão em torno das demandas sociais dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Nos anos que se seguiram, outras normas legais foram sendo instituídas com vistas a regulamentar a política de assistência social e, as discussões sobre os programas de transferência de renda entram na pauta das políticas públicas de assistência social.

Conforme argumenta Silva (2007), os programas de transferência de renda surgem no bojo das transformações econômicas e tecnológicas, momento em que aprofundaram as discussões sobre a questão social num cenário de desemprego e pobreza das populações. Ao se referir a questão da pobreza em sentido amplo, (SANTOS, 2011) discute a pobreza estrutural globalizada, que na sua concepção deriva do processo de globalização que, em sua visão, assume a forma de uma globalização perversa, ou seja, a forma como a globalização financeira atua dentro dos territórios gera um conjunto de efeitos perversos, dentre eles, o desemprego e a pobreza.

Essa dinâmica tende a ser mais problemática nos centros urbanos onde se concentram a maior parte da população. O crescimento do contingente de pessoas residente em áreas urbanas, sobretudo, nas áreas periféricas, tende a aprofundar problemas sociais ligados a desemprego, pobreza, saúde, transporte, etc. demandando do poder público políticas capazes de reduzir esses problemas.

Ao discutir as relações entre o processo de urbanização e sua repercussão nos territórios, Vieira e Alves (2022), mostram que as cidades crescem sem, contudo, racionalizar seus espaços o que leva a um processo de urbanização que se caracteriza por ser deficitário, e, ao mesmo tempo excludente. Esse cenário segue o exposto por (Lefebvre, 2001), apontando que nos países industriais os centros urbanos tomam grandes proporções, concentrando um número cada vez mais elevado de pessoas, que, resulta no crescimento de áreas periféricas.

É justamente esse cenário de desigualdade e exclusão social presentes nas áreas urbanas que demandam do Estado políticas públicas, e, de forma mais específica, políticas de redução das desigualdades de renda, com a finalidade de reduzir uma condição de vulnerabilidade social e econômica ligadas a necessidades básicas e imediatas que atinge parte significativa dos domicílios brasileiros.

Nesse contexto, (SILVA, 2007) explica que os primeiros debates sobre programas de transferência de renda no Brasil datam de 1991, ao passo que, após algumas experiências municipais e estaduais, é no ano de 2003 que efetivamente é sistematizada e implementada uma política nacional de transferência de renda que conta com avanços qualitativos e quantitativos em termos do combate à fome e a pobreza.

Surge então o Programa Bolsa Família por meio de medida provisória que posteriormente foi transformada em lei (Lei 10.286/2004), que tem como objetivo com-

bater a fome e pobreza a partir de uma transferência de renda sujeita a um conjunto de condicionalidades ligadas à educação (frequência escolar) e saúde (vacinação e outros serviços de saúde). (BRASIL, 2021). As estatísticas mais recentes dos programas sociais de transferência de renda mostram que 13,5% dos domicílios particulares permanentes recebiam rendimentos do Programa Bolsa Família. Em nível regional, as regiões Norte e Nordeste são as que possuem as maiores proporções em termos de proporções de domicílios com beneficiários do Bolsa Família com 25% e 27,6% respectivamente. Essas informações permitem observar a importância das políticas sociais de renda para essas áreas, sobretudo, as de menor dinamismo econômico.

Diante do quadro geral apresentado, toma-se então como ponto de análise as repercussões dos programas sociais de transferência de renda no território onde essas políticas são efetivamente executadas. Para compreender tais repercussões é necessário investigar com maior detalhe os aspectos conceituais e analíticos da ideia de território, para, então, argumentar como tais programas podem atuar na produção do espaço e conseqüentemente na forma como os beneficiários podem a partir da participação desses programas têm acesso não apenas a direitos sociais fundamentais, mas também a saída da condição de vulnerabilidade no território em que vivem.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar as repercussões do Programa Bolsa Família no território brasileiro no que tange aos seus efeitos sobre os níveis de pobreza. A discussão foi embasada no conceito de território, (SANTOS, 1994) e de evento, (SANTOS, 1996). Empiricamente, para refletir sobre as repercussões do Programa Bolsa Família foi realizada uma revisão da literatura acerca dos principais resultados do programa, além do uso de dados estatísticos e cartográficos sobre a cobertura do programa.

Metodologicamente, parte de uma leitura dos efeitos do Programa Bolsa Família a partir de elementos qualitativos e quantitativos, com a análise de indicadores de cobertura e focalização do programa e com auxílio do instrumental cartográfico. A partir da construção dos cartogramas buscou-se analisar a cobertura e a focalização do programa e suas relações com a pobreza urbana.

O artigo está organizado em mais três seções. Na seção 2 é realizada uma discussão do programa bolsa família na perspectiva de dois elementos da análise geográfica, a saber, evento e uso do território, enfatizando sua escala de operacionalização e cobertura. Consecutivamente faz uma relação dos efeitos do Programa Bolsa Família como potencialidade de proteção social no contexto urbano a partir das categorias de análise propostas, seguindo as considerações finais do artigo.

2 TERRITÓRIO, EVENTO E A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

2.1 Território e uso do território

A leitura do espaço geográfico pressupõe um complexo conjunto complexo de relações da sociedade com a natureza, Santos (1978). Dada a complexidade dessa leitura, recorre-se então as categorias de análise como um meio de estudar as conexões entre os elementos que compõe o espaço geográfico. É por meio das categorias território usado, Santos (1994) e evento (1996) que se pretende analisar como as políticas de transferência de renda influenciam o território brasileiro.

O ponto de partida da reflexão conceitual de território e sua utilização para fins de entendimento das mudanças que podem ser provocadas pelas políticas públicas é a noção de território como a relação entre o povo e o seu espaço, (SANTOS, 1978), mais ainda, não se trata somente da delimitação política, mas também do seu uso pelos agentes, (SANTOS, 1994). É justamente dentro dessa perspectiva que o artigo pretende analisar a forma como os programas sociais de transferência de renda podem repercutir no território.

Assim, a percepção da dimensão analítica do território presente em Santos (1978), que trata das relações entre espaço e cidadania podem revelar elementos importantes da percepção das possíveis mudanças que a execução de programas de transferência de renda pode provocar no território. Pois é justamente nessa discussão que o referido autor incorpora o alcance dos indivíduos a uma condição de cidadania, a partir do acesso a bens e serviços essenciais, considerados como uma condição necessária para o exercício da cidadania no território. Nesse ponto, o Programa Bolsa Família representa um avanço aos programas antecessores, pois, sua formatação está imbricada a outras esferas da atuação estatal, tais como saúde, educação, moradia, etc.

Essa discussão pressupõe, assim, uma definição mais clara do tratamento dado ao conceito de território para fins da proposta do artigo. Conforme Santos (1994) a leitura do território deve ser feita por meio do uso. É, assim, o uso do território que lhe confere o *status* de categoria de análise do espaço, sendo, portanto, essa perspectiva tomada para fins da análise dos programas de transferência de renda, de forma particular, o Programa Bolsa Família.

Essa categoria de análise é fundamental para analisar os rebatimentos do Programa Bolsa Família, pois os programas de transferência, por meio de sua implementação, constituem uma ação estatal dentro do território que impactam determinados aspectos das relações sociais nos mesmos. Novamente, isso remete a concepção da leitura do território presente em Santos (1994) onde argumenta que o “território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.”

Assim, a categoria território usado, na lógica do espaço habitado, pressupõe usos distintos pelos agentes. Usando essa lente, torna-se evidente as ações de cada um deles, dentro da dinâmica da implantação e operacionalização dos programas de transferência de renda. Nesse processo, o papel do Estado como agente normatizador dentro do território é crucial. A formulação e a implantação de políticas públicas tomam, assim, como ponto de partida, a necessidade de intervenção em algum aspecto da realidade social.

A estrutura do modo de produção e distribuição de renda contemporânea apresenta distorções significativas que são evidenciadas dentre outras formas pela desigualdade de renda, traço marcante ao longo do processo de acumulação do capital, que demandam uma ação estatal coordenada dentro do território. Essas ações consistem na formulação e implementação de programas de transferência de renda que tem como objetivo principal a mitigação da pobreza e da pobreza extrema.

Nesse sentido, a abordagem do uso do território pelo Estado dentro da perspectiva do uso do território, sugere que este uso se dá pela criação de normas que visam contemplar interesses diversos dos agentes que ali habitam.

Na obra o espaço do cidadão (SANTOS, 1987), reflete acerca do acesso dos cidadãos em situação de pobreza ao espaço e aos serviços sociais. Essa reflexão exige da mesma forma, o entendimento das funções do estado numa perspectiva de uso do território, ou como coloca o referido autor da concepção de território usado. E é

justamente nessa categoria de análise que o autor expressa a dimensão da atuação do estado frente a lógica da produção capitalista.

É nessa perspectiva que, ao tratar do Programa Bolsa Família como uma categoria de análise dentro do território, Lúcio, Dornelles et al. (2009) argumentam a existência dos “Territórios do Bolsa Família”, que possui duas dimensões: territorialidade afetiva dos beneficiários que trata da vivência no território; e uma territorialidade de domínio da esfera política. A territorialidade afetiva nesse sentido remete ao território usado pelos beneficiários do programa, ou seja, na perspectiva do uso do território como habitação, ou seja, espaço de vivência, e, que pelo recebimento do benefício, pressupõe todo um conjunto de relações sociais e econômicas dentro desses territórios.

Nesse aspecto, o Programa Bolsa Família tem sido apresentado como potencialidade de proteção social no âmbito do território, (LÚCIO; DORNELLES et al., 2009); (SILVA; CARVALHAL, 2010). É justamente nesses territórios, onde a globalização produtiva e a divisão internacional do trabalho têm gerado distorções sociais como pobreza, desemprego, etc. (SANTOS, 2011); (SILVA; CARVALHAL, 2010).

Assim, os programas de transferência de renda representam um aspecto importante, dentro da ideia do território usado presente na obra de Santos (1994), que se traduz nos espaços de habitação e de vivência dos beneficiários, que, ao fazerem parte desses programas constituem um conjunto de relações sociais e econômicas que influenciam a produção do espaço.

2.2 Evento como vetor de mudança no território

Na concepção de espaço geográfico, o tempo é uma categoria de análise crucial. Trata então dos processos, ou seja, o espaço não estático, ele é o resultado de um sistema de objetos e sistema de ações que coexistem e mudam ao longo da história. (SANTOS, 1978); (SANTOS, 1996).

Nessa perspectiva, os programas de transferência de renda podem ser compreendidos a partir da categoria evento, Santos (1996), que ocorrem no tempo e no espaço podendo mudar uma dada realidade. Até o momento, fica evidente que o evento está intimamente relacionado com a noção de tempo na leitura do espaço geográfico. Os eventos são vetores de possibilidades que se dão-se no tempo e no espaço. Que tem como características os processos de mudança, de transformação de objetos. Ainda mais, distingue os eventos naturais (que se originam pela ação da natureza) dos eventos sociais, que são resultado da ação humana, e o vetor das transformações do espaço ao longo da história. (SANTOS, 1996).

Para enquadrar os programas de transferência de renda como vetores de mudança nos territórios, ou seja, como eventos, cabe ainda algumas considerações importantes para fazer essa associação de forma mais detida com o Programa Bolsa Família. A primeira forma de classificação é a distinção entre eventos finitos e infinitos, sendo que os primeiros remetem a uma distribuição finita de possibilidades; e os segundos resultam de uma distribuição de recursos que não se esgotam, por exemplo, a democracia. Outra dimensão importante dos eventos geográficos, dizem respeito ao seu planejamento, ou seja, existem eventos que ocorrem sem planejamento, e existem aqueles que são resultado de um processo de planejamento que podem ser determinados nos diversos horizontes temporais. (SANTOS, 1996).

Essas distinções dão suporte para uma leitura da influência dos programas de

transferência de renda dentro dos territórios. Primeiro pela ideia de continuidade, ou seja, os programas de transferência de renda pressupõem uma ação do estado que, por sua natureza sugere um início e, ao longo do tempo, para alcançar um determinado fim, momento em que o ciclo tende a se encerrar.

Nesse ponto, o Programa Bolsa Família pode ser entendido como evento finito. Outro aspecto de leitura, é o seu enquadramento como evento planejado, ou seja, os programas de transferência de renda são ações planejadas pelo Estado com vistas a atender uma demanda social, e, assim, intervir numa dada realidade dentro dos territórios, isso permite classificar esses programas como eventos planejados dentro do território.

Assim, como explica Santos (1996), os eventos sociais são cada vez mais organizados, ou seja, seu funcionamento, controle e regulação, dos quais dependem sua duração e amplitude. Os programas de transferência de renda sugerem, pela sua, natureza se enquadrarem nessa perspectiva. Pois sua formulação e implementação pressupõe uma mudança em diversos processos sociais dentro do território numa lógica de um agente normatizador (Estado) para os agentes que habitam no território (beneficiários).

Assim, a implantação dos programas de transferência de renda, se inserem dentro da análise do poder do Estado no território dentro da perspectiva de evento, sendo este finito e planejado (SANTOS, 1996), sendo este entendido então como uma norma pública que age sobre a totalidade das pessoas, empresas e instituições dentro do território, sendo este constituído por um conjunto de instituições, normas, objetos e ações. (SANTOS, 1996); (??).

3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, COMBATE A POBREZA E ALGUMAS REFLEXÕES PARA O MEIO URBANO

Na discussão anterior buscou-se apresentar o embasamento teórico para discutir o Programa Bolsa Família como um vetor de mudança possível de uma determinada realidade no território, e como essa mudança pode ocorrer no tempo e no espaço. Para compreender esse processo é preciso averiguar a operacionalização efetiva do programa, e, a partir disso, como ele pode mudar a situação das pessoas em condição de pobreza e vulnerabilidade nas áreas urbanas. Nesse sentido, discute-se a seguir algumas considerações sobre pobreza urbana, e a partir de uma discussão mais empírica, como o Programa Bolsa Família representa um vetor importante de mudança dentro do território, na perspectiva de evento, (SANTOS, 1996), importante na redução da pobreza urbana.

Ao abordar o tema da pobreza urbana, Santos (2009) explica que se trata de um fenômeno em escala mundial, que se atribui muito mais a forma como o sistema econômico global, numa relação de subordinação dos países periféricos aos países dominantes. Ou seja, não se trata da estrutura econômica ou demográfica dos países periféricos, mas sim, de suas relações com o sistema econômico mundial.

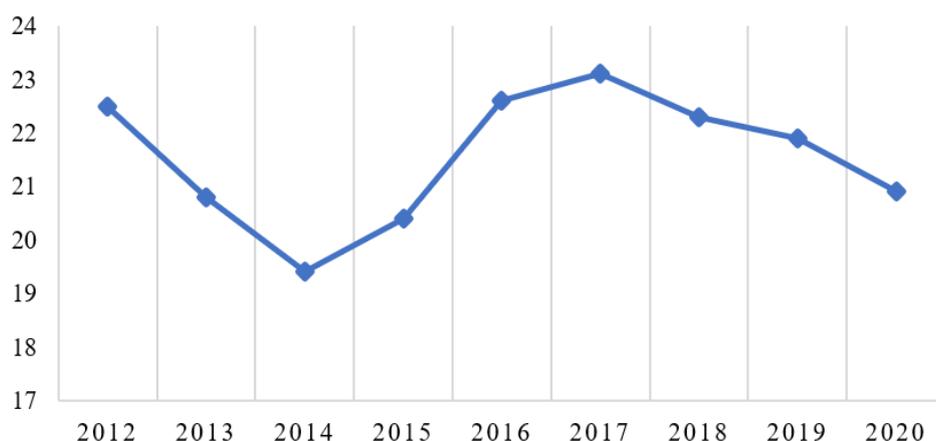
Outro ponto central nessa análise é colocado por Corrêa et al. (1989) onde o autor ao abordar o espaço urbano, argumenta que os grupos sociais excluídos são um dos agentes que produzem esse espaço. Explica que dentro do processo de produção dos espaços urbanos, esse grupo é formado pelos que não detêm poder econômico, e que, dentre o conjunto de adversidades geradas pela exclusão social, estão o reduzido

acesso a moradia, desemprego, subemprego, reduzida escolaridade, que se entende ser potenciais catalizadores da pobreza urbana.

Ao investigar a natureza do processo de urbanização, Oliveira et al. (2019) explica que no caso brasileiro os problemas urbanos são o resultado de um processo sem planejamento adequado, voltado aos interesses do setor agrário, que levaram em grande medida ao cenário de segregação social contemporânea.

As informações disponíveis para a situação de pobreza urbana obtidas a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua (PNADC) mostram a trajetória do percentual da população abaixo da linha de pobreza nacional de 2012 a 2020 conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 01 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional, por situação do domicílio (urbana) de 2012 a 2020.



Fonte: PNADC/IBGE

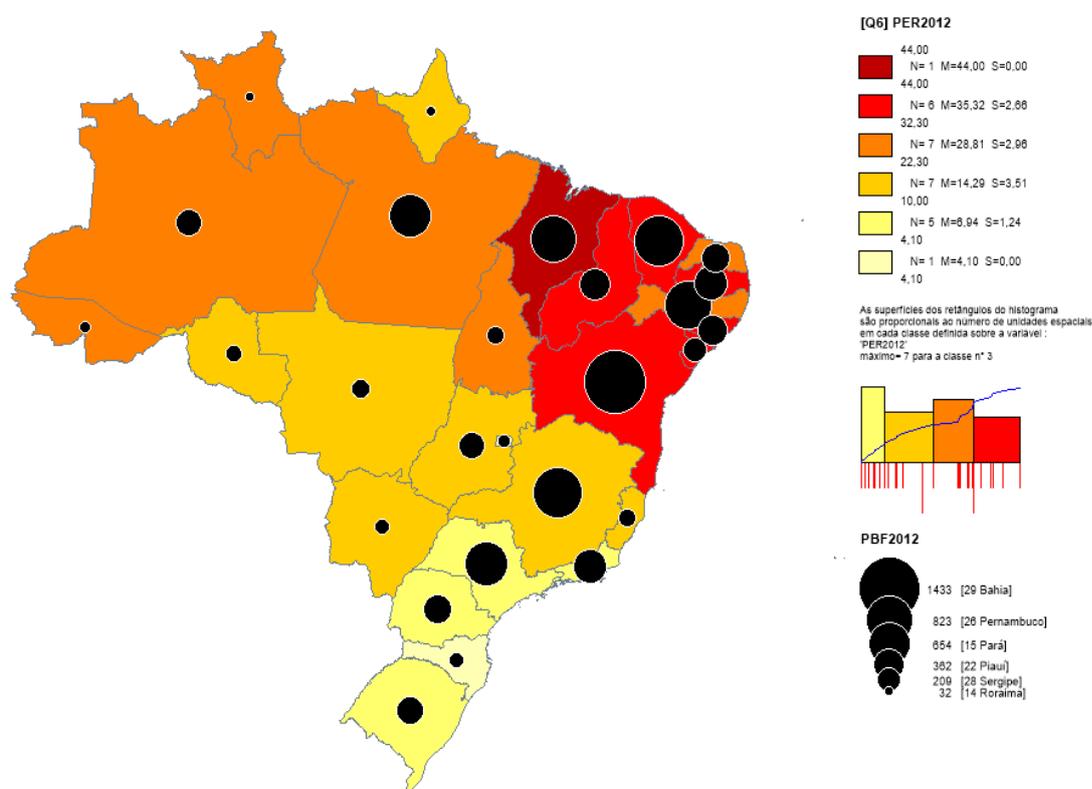
1. Consolidado das primeiras entrevistas de cada ano.
2. Linha de pobreza nacional (para acompanhamento dos ODS) no valor de 5,50 dólares por dia, convertidos pela a paridade de poder de compra (PPP-2011) de R\$1.66 por dólar.
3. Depois de convertido, o valor da linha de 2011 é corrigido pela inflação acordo com os deflatores utilizados pela PNAD Contínua.
4. As estatísticas reportadas se referem a proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza.
5. Nos cálculos são excluídas as pessoas na condição no domicílio de pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

As informações para o percentual de pessoas na linha de pobreza nacional urbana entre 2012 e 2020 evidenciam momentos distintos ao longo da série analisada. Um primeiro momento entre 2012 e 2014 quando se observa uma queda do indicador, outro de 2014 a 2017 quando o percentual se eleva e outro de 2017 a 2020 quando o percentual volta a regredir. Esse movimento pode ser o resultado de um conjunto de fatores sociais e econômicos, dentre os quais podemos destacar, entre 2012 e 2014, a trajetória crescente da cobertura dos programas de transferência de renda, sobretudo,

do Programa Bolsa Família e os efeitos positivos do crescimento econômico de 2010 e 2011 na economia brasileira. Já no período entre 2014 e 2017 o aumento do percentual de pessoas em condição de pobreza urbana pode estar relacionado a crise econômica e institucional observada no país podem nesse período. Finalmente, a queda do referido percentual no período pós 2017 poderia estar ligado a retomada da atividade econômica associada a ampliação da cobertura dos programas de transferência de renda.

Em termos de cobertura do Programa Bolsa Família no território brasileiro, os cartogramas abaixo mostram a trajetória da cobertura dos domicílios, por recebimento de rendimento de programa social e tipo de programa social para o ano de 2012 e o ano de 2021.

Cartograma 01 - Domicílios, por recebimento de rendimento de programa social e tipo de programa social (Programa Bolsa Família) no ano de 2012

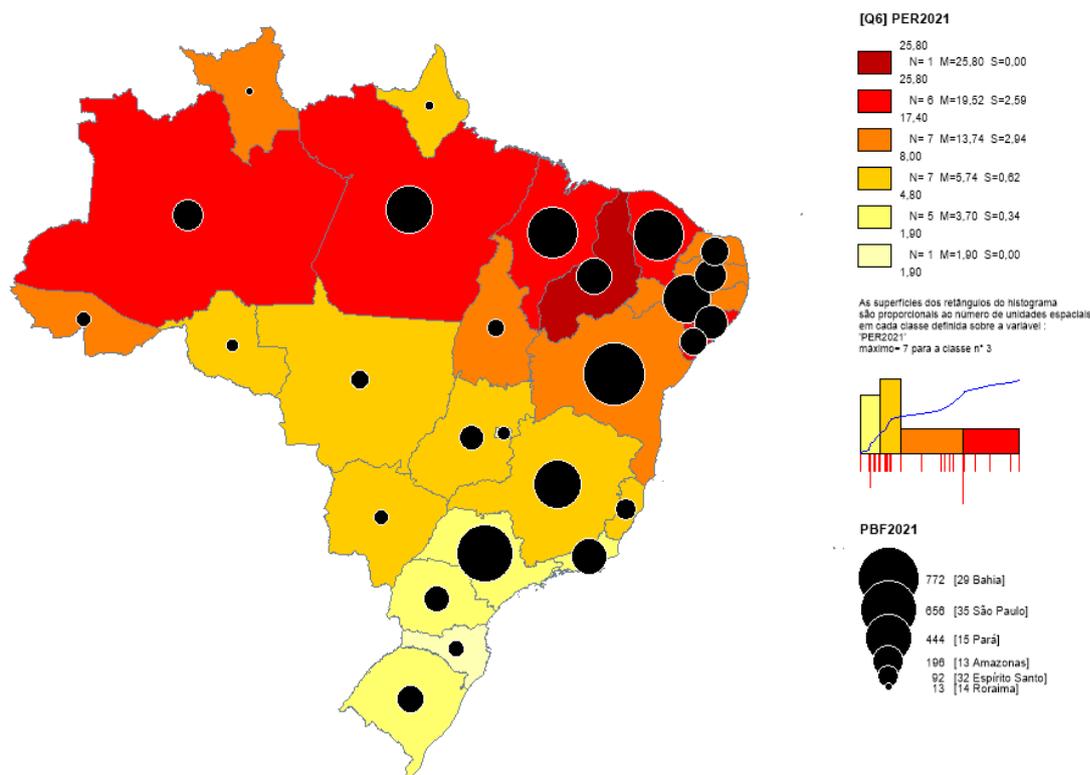


Elaborado com Philcarto * 23/01/2023 12:25:57 * <http://philcarto.free.fr>

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC/IBGE

Notas: 1- Em temas anuais coletados em mais de uma visita, o acumulado se refere àquela com maior aproveitamento da coleta em cada ano, conforme a Nota Técnica 05/2021 da PNAD Contínua. 2- A partir de 19 de novembro de 2021, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Cartograma 02 - Domicílios, por recebimento de rendimento de programa social e tipo de programa social (Programa Bolsa Família) no ano de 2021



Elaborado com Philcarto * 23/01/2023 12:24:11 * <http://philcarto.free.fr>

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC/IBGE

Notas: 1- Em temas anuais coletados em mais de uma visita, o acumulado se refere àquela com maior aproveitamento da coleta em cada ano, conforme a Nota Técnica 05/2021 da PNAD Contínua. 2- A partir de 19 de novembro de 2021, as estimativas deste tema passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Consequentemente, a série histórica dos indicadores foi atualizada.

Em termos da cobertura do Programa Bolsa Família, as informações evidenciadas nos cartogramas 1 e 2 mostram a dinâmica do programa comparando os dois períodos. Inicialmente observa-se uma ampliação da cobertura na região norte, no estado do Amazonas e no estado do Pará. A região Nordeste permanece sendo a região de maior cobertura do Programa Bolsa Família, com algumas mudanças em termos de cobertura nos seus estados, uma vez que, alguns estados da região reduziram a cobertura (Maranhão, Bahia, Paraíba) enquanto outros ampliaram-na (Piauí). Nas demais regiões não houve mudanças significativas. Em todo caso, observa-se que a maior cobertura do Programa Bolsa Família ocorre justamente nas áreas com maiores índices de pobreza, dado que, em 2012, a região norte possuía 43,6% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza nacional, e 36,8% em 2020. Já a região Nordeste possuía em 2012 47,7% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza nacional e 40,5% em 2020.

Essas evidências chamam atenção para a possibilidade da redução dos indicadores de pobreza e de pobreza extrema, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Do ponto de vista de uma política nacional de combate à pobreza e a pobreza extrema, a literatura, em geral, apresenta evidências positivas quanto aos resultados do Programa Bolsa Família. Estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), por exemplo, evidenciou que em 2017, mais de 3,4 milhões de

pessoas deixaram de viver em pobreza extrema por causa do PBF, e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza. (SOUZA et al., 2019).

Em estudo que analisou a evolução e os efeitos do Programa Bolsa Família, Rocha (2011) estimou o efeito potencial da cobertura do programa nas famílias elegíveis não beneficiárias. Os resultados apontaram que, nas áreas urbanas a cobertura do programa resultaria numa redução de -0,49% da proporção de pobres e uma redução de - 6,44% na razão do hiato de renda.

Noutro estudo, Pinho; Berriel, 2017, observaram o efeito do Programa Bolsa Família nas condições de nutrição das áreas urbanas e rurais do Brasil. Os resultados apontaram para uma melhoria das condições de nutrição dos beneficiados tanto nas áreas urbanas como nas rurais, ou seja, o programa apresentou efeitos positivos na redução da insegurança alimentar.

Nessa perspectiva, Jannuzzi, Martignoni e Souto (2020) explicam que a redução expressiva da pobreza extrema no Brasil, se deve, de forma significativa, a expansão da cobertura do Programa Bolsa Família, sobretudo, nas regiões norte e nordeste. Argumenta ainda que, como o programa é condicionado a outras políticas, tais como educação e saúde, isso acaba potencializando os resultados do programa em termos da redução da pobreza extrema.

Um dos problemas evidenciados dentro das famílias em condição de pobreza e de pobreza extrema é a insegurança alimentar. Esse problema é enfrentado tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. Acerca desse ponto, estudo realizado por (Baptistella, 2020) sugere que as famílias beneficiadas tendem a ampliar o consumo de alimentos, melhorando, dessa forma, a condição nutricional das crianças e adolescentes dos domicílios beneficiados. A partir das informações da Pesquisa de Orçamentos familiares (POF/IGBE), (Almeida et al, 2016); encontraram efeitos positivos do programa na diversificação dos gastos de consumo, embora os efeitos não são significativos estatisticamente em relação a qualidade dos itens consumidos pelas famílias beneficiárias

Cabe frisar os resultados obtidos por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Souza et al. (2019), que estudaram os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a condição de pobreza e de desigualdade. Conforme as estimativas dos autores, o programa foi responsável por 10% da redução da desigualdade entre 2001 e 2015. Entre 2001 e 2006, o programa explicou quase 17% da redução observada da desigualdade. No que tange a redução da pobreza e pobreza extrema os resultados do referido estudo apontam que em 2017, as transferências do PBF retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza.

Em linhas gerais, as evidências apresentadas nas pesquisas apontadas acima reafirmam a posição do Programa Bolsa Família como uma política nacional de combate à pobreza, tanto no âmbito urbano como no rural. Nas áreas urbanas, a pobreza e a pobreza extrema estão em geral associadas a outros problemas tais como o déficit habitacional, reduzido acesso a saúde e a educação. Por este motivo, o Programa Bolsa Família na perspectiva de um evento planejado, (Santos, 1996), no território nacional representa um vetor importante de combate à pobreza e a pobreza extrema, mas, também, da melhoria da escolaridade e da saúde dos beneficiários.

4 Considerações finais

Este artigo teve por objetivo analisar as repercussões do Programa Bolsa Família no território brasileiro no que tange aos seus efeitos sobre os níveis de pobreza. propondo uma reflexão a partir da categoria de análise evento como meio de mudança no território brasileiro, o texto fez uma reflexão sobre como o Programa Bolsa Família, desde sua implementação, tem sido um importante canal de combate à pobreza e a pobreza extrema.

A partir de uma revisão da literatura acerca dos efeitos do programa na condição socioeconômica dos beneficiários, bem como da utilização de dados estatísticos, permitiu-se observar que ao longo de sua execução o programa tem apresentado efeitos positivos tanto do lado econômico, tendo em vista o acesso a renda do programa, mas também, do lado social, na medida que seus condicionantes têm permitido a articulação com outras políticas, sobretudo, educação e saúde.

A utilização da categoria evento foi importante para argumentar como o Programa Bolsa Família pode ser caracterizado como evento produzido pelo Estado e que incide sobre as pessoas, as instituições e o território brasileiro. As informações do programa captadas e analisadas ao longo de sua atuação permitem, de fato, compreender sua importância na transformação das pessoas, das instituições e do próprio território.

Enfim, a análise do Programa Bolsa Família na perspectiva de evento na teoria geográfica, permitiu identificar no programa um conjunto de camadas caracterizadas pela dimensão política, social e econômica. Entender mais profundamente cada uma dessas dimensões é essencial para compreender o programa Bolsa Família como um vetor de possibilidade de mudança na vida das pessoas, das instituições e do território brasileiro. No entanto, a compreensão mais aprofundada dos efeitos do Programa Bolsa Família como um vetor de mudança das condições de vida de seus beneficiários exige um esforço empírico ainda mais detalhado, sobretudo na percepção dessas mudanças pelos próprios beneficiários do programa, no que reside as limitações do estudo apresentado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ministério da Cidadania*. 2021. Disponível em. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br>>.

CORRÊA, R. L. et al. *O Espaço Urbano*. [S.l.]: Ática, 1989.

JANNUZZI, P. de M.; MARTIGNONI, E. M.; SOUTO, B. F. Programa bolsa família e sua contribuição para redução da pobreza no brasil. *Revista Brasileira de Avaliação, Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, v. 4, p. 40–61, 2020.

LÚCIO, I. S. d. C.; DORNELLES, D. Y. F. et al. Do social ao territorial: uma análise do programa bolsa família. *SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Segurança: A paz é o fruto da justiça*, Universidade Católica do Salvador, 2009.

OLIVEIRA, É. D. D. et al. A urbanização enquanto uma estrutura produtora de (des) igualdades socioespaciais e consciência crítica. *Revista Geográfica Acadêmica*, v. 13, n. 1, p. 116–127, 2019.

- ROCHA, S. O programa bolsa família: evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e sociedade*, SciELO Brasil, v. 20, p. 113–139, 2011.
- SANTOS, M. Por uma nova geografia. *São Paulo: Hucitec*, 1978.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. são paulo. *Nobel*, 1987.
- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 1994.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. *São Paulo: Hulcitech*, 1996.
- SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. *Rio de Janeiro: BestBolso*, v. 3, 2011.
- SILVA, G. R. da; CARVALHAL, M. D. A territorialidade do programa bolsa família e da pobreza no oeste do paraná. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 11, n. 1, 2010.
- SILVA, M. O. d. S. O bolsa família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, SciELO Public Health, v. 12, p. 1429–1439, 2007.
- SOUZA, P. H. de et al. *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. [S.l.], 2019.
- VIEIRA, A. H.; ALVES, L. d. S. F. O planejamento urbano na produção científica brasileira: Revisão integrativa de literatura. *Revista FIDES*, v. 13, n. 1, p. 135–154, 2022.